

Covistas querem mudar economia

A Convenção Nacional do PMDB examinará no dia 18 de julho uma detalhada proposta alternativa de política econômica, que segue linhas opostas às do Plano Bresser tanto a nível interno quanto externo. A proposta está sendo elaborada pelo grupo do senador Mário Covas e conta com a participação de economistas que deixaram o governo junto com o ex-ministro Dilsen Funaro.

A parte técnica do plano está sendo coordenada pelo economista Paulo Nogueira Batista Jr. Por sua vez, o grupo econômico do PMDB, criado pela liderança do partido na Câmara como um elo de ligação com o governo na área econômica, deu entrevista classificando o Plano Bresser de contrário ao programa partidário. O coordenador do grupo, deputado Irajá Rodrigues, deu o tom do pensamento de seus integrantes — parlamentares economistas e estudiosos da matéria das diversas correntes partidárias: "Não abdicamos do programa. O que podemos é abdicar do ministro".

Da entrevista do grupo econômico concedida no gabinete da liderança do PMDB na Câmara participaram seis deputados — Irajá Rodrigues, Maurílio Ferreira Lima, Ronaldo César Coelho, Ismael Vanderley, Virgíldio Sena e Osmundo Rebouças. Eles condenaram o arrocho salarial do Plano Bresser, destacando inclusive que o salário-mínimo hoje vigente é o mais baixo desde a sua criação por Getúlio Vargas. Criticaram a penalização dos depositantes em caderneta de poupança, cujo rendimento neste mês foi inferior à inflação. E se posicionaram contra a proposta de uma política industrial desnacionalizante. Além disto, rejeitaram qualquer tipo de negociação com o Fundo Monetário Internacional, insistindo na manutenção da moratória da dívida externa.

Segundo Irajá Rodrigues, na medida em que o ministro Bresser Pereira decidiu contrariar o programa do PMDB não há mais diálogo do grupo econômico com ele. O grupo chegou até a examinar a alternativa de dissolução, convencido de que não tem mais condições de ser o elo entre a área econômica do governo e o partido que tomaram rumos completamente distintos.

Já o deputado Maurício Fruct — depois de uma reunião com Paulo Nogueira Batista, o ex-governador Gonzaga Motta, e vários deputados, que estão preparando documentos para a Convenção —, anunciou que estão sendo elaboradas propostas alternativas ao Plano Bresser bastante objetivas propondo o combate à inflação, mas sem provocar recessão e desemprego.

Milton quer regime fora da Convenção

O secretário-geral do PMDB, deputado Milton Reis, propôs, ontem, que a Convenção Nacional do Partido não delibere sobre o regime de governo e a duração do mandato do presidente José Sarney, adotando em relação a esses temas apenas uma recomendação aos constituintes do partido e não uma decisão partidária. A proposta foi levada ao deputado Ulysses Guimarães, que ficou de examiná-la. Mas foi de imediato rejeitada por dois políticos de expressão do grupo do senador Mário Covas — os deputados Euclides Scalco e Maurício Fruct. Scalco disse a Milton Reis que isto era inaceitável, pois a convenção já foi convocada com atraso para tomar essas decisões e não pode se furtar a isto.

Já Maurício Fruct, em entrevista, classificou a proposta de Milton Reis como "absurda". E quer tapar o sol com a peneira. A Convenção foi convocada para decidir e não para tergiversar. As bases partidárias estão absolutamente perplexas.

O principal argumento utilizado por Milton Reis é de que, qualquer que seja o resultado, os derrotados não se conformarão e votarão na Constituição de acordo com as suas convicções. O receio maior é de que o grupo ligado a Mário Covas já anunciou que pretende recorrer inclusive ao Código de Ética do partido para punir quem desrespeitar a Convenção.

Milton Reis diz que as diversas tentativas do setor mais ligado ao Planalto de evitar uma decisão da Convenção não é receio contra seus resultados, mas sim uma precaução para evitar a "fratura" exposta do PMDB. Ele considera tranquila a vitória da proposta de cinco anos, mas, em seguida, diz esperar que o Plano Bresser — no momento, sob cerradas críticas dentro do partido — apresente resultados até o dia 18 de julho, reduzindo drasticamente a inflação para facilitar o trabalho de sua corrente no encontro do partido.

Para Maurício Fruct, as bases do partido vão chegar a Brasília exigindo o cumprimento do compromisso de um mandato de quatro anos e os setores oficialistas do partido estão com receio dessa manifestação partidária.

No próximo fim de semana, em Belo Horizonte, vão se reunir integrantes da Juventude do PMDB de todo o país para a discussão da mobilização para a Convenção. Seus dirigentes nacionais, que estiveram em Brasília nos últimos dias, estão fechados com a proposta de um mandato de quatro anos para Sarney e na defesa de uma Constituinte progressista.

FOTOS: Josemar Gonçalves



Frota diz que idéia de Richa foi «inspirada»



Ulysses critica proposta do senador paranaense

Suspensão parcial da constituinte é apoiada por Sarney

O presidente Sarney vê com simpatia a proposta do senador José Richa de suspender os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte para uma reflexão sobre os temas mais polêmicos. A informação foi transmitida ontem pelo porta-voz da presidência da República, Frota Neto. Apesar disso, Sarney não tem qualquer poder para propor a suspensão mas espera que a proposta do senador paranaense seja aceita.

No entendimento do presidente Sarney, a suspensão dos trabalhos, aproveitando o recesso do Congresso Nacional, possibilitaria o esclarecimento de alguns pontos ainda obscuros do anteprojeto e, principalmente, "esclareceria os objetivos políticos da sociedade".

Crítica à proposta é unânime

A proposta de recesso da Constituinte agora, levantada pelo senador José Richa, foi criticada ontem por todas as lideranças partidárias, inclusive pelo presidente do PMDB, Câmara e Constituinte, deputado Ulysses Guimarães. "A Constituinte não é problema, é solução, por isto devemos acelerar os seus trabalhos de conclusão para ajudar na solução dos problemas sociais", disse. O líder do PDT, Brandão Monteiro (RJ), denunciou, no plenário, que "este é um recado do desejo do Planalto de fechar o mais rápido possível a Constituinte".

O senador José Richa esclarece que a hipótese visa a trazer as lideranças políticas-partidárias a uma conclusão: "se é ou não conveniente, em função da gravidade da situação econômica e da própria conjuntura, suspender por alguns dias os trabalhos da Constituinte, para que toda a classe política tenha maior disponibilidade para dedicar mais tempo à análise e equação dos graves problemas conjunturais", explicou. Richa teme um agravamento da situação, que poderá "implodir a Constituinte ou produzir uma Constituição de péssima qualidade".

O deputado Ulysses Guimarães, descontente com a proposta do senador peemedebista, frisou "que não é hora de pisar no freio, pelo contrário, é a vez do acelerador". Comentou que a Constituinte deve ser elaborada o quanto antes, "pois as leis complementares irão possibilitar soluções para os problemas econômicos e sociais que o país vive". Indiferente às inúmeras críticas ao anteprojeto do relator da Sistematização, deputado Bernardo Cabral, Ulysses foi enfático: "A crítica é útil para o aprimoramento do documento, pois ainda estamos na metade do caminho até o texto final".

CRÍTICAS

O líder do PDT, deputado Brandão Monteiro, durante horário de comunicação de lideranças, denunciou que a tentativa de impedir recesso à Constituinte é uma

Richa teme pressões sociais

O senador José Richa (PMDB/PR) declarou-se ontem muito preocupado com o excesso de demanda da sociedade, observando que se houver mais radicalização, ou os trabalhos da Constituinte vão implodir ou sairá uma Constituição muito ruim. Por isso não quer implodir ou sairá uma Constituição muito ruim. Por isso mesmo, ele está levantando a hipótese da convocação extraordinária do Congresso — em recesso desde ontem — para discutir e equacionar a crise econômico-social.

O ex-governador do Paraná acha que seria recomendável as lideranças partidárias examinarem a conveniência ou não da suspensão dos trabalhos da Constituinte, por um curto espaço de tempo, a

disse Frota, afirmando ainda que a proposta "foi uma idéia inspirada do senador Richa".

A intenção do presidente, apoiando a proposta do senador José Richa, é estender o cronograma da Constituinte para "dar unidade ao texto, porque o texto atual se mostra sem qualquer coesão e não tem agradado os partidos, de um modo geral".

A suspensão dos trabalhos da Constituinte contém também com o apoio de alguns líderes do PMDB e da Frente Liberal. Sarney tem recebido queixas da Aliança Democrática sobre o anteprojeto e quer esgotar todos os debates sobre os pontos polêmicos, entre eles, a organização do Estado, ponto que merece preocupação maior do presidente da República. Sarney considera este capítulo extremamente "confuso" e com falhas jurídicas, pois coloca de forma indefinida a distribuição de poderes.

proposta clara "de um golpe, armado entre as Forças Armadas e o Planalto, para o fechamento da Constituinte". Acrescentou que o líder do governo, deputado Carlos Santana, juntamente com o deputado Prisco Viana (PMDB/BA), sob a convicção do presidente Sarney, estão elaborando um anteprojeto paralelo para empurrar goela abaixo de todos os constituintes", afirmou.

Para o líder do PC do B, deputado Haroldo Lima, a sugestão do senador Richa "é um absurdo e um despropósito". Frisou que "são investidas do Planalto tentando ameaçar e amedrontar a Constituinte". Segundo o parlamentar, a Constituinte "é a única instituição que pode assegurar a transição democrática e por isto é um desperdício pensar em uma paralisação neste momento". O senador Affonso Camargo (PMDB/PR), considerou a proposta do seu conterrâneo e companheiro de legenda "uma infeliz idéia e que em nada irá contribuir para a solução dos problemas sociais". Pregou uma abreviação dos trabalhos da Constituinte, para que a nova Constituição "possa pacificar esta crise econômica e social reinante no país".

O líder do governo na Câmara, deputado Carlos Santana, não descartando a hipótese do recesso caso a situação se agrave, revelou que ainda acredita "no bom entendimento das lideranças, visando encontrar uma saída para a crise, sem contudo, deixar influenciar nos trabalhos da Constituinte". Mas o líder em exercício do PFL, deputado Inocêncio Oliveira, salientou que a proposta "é uma tolice e só supervaloriza a crise". O deputado Pimenta da Veiga, (PMDB/MG) frisou que o recesso "é inoportuno, pois os debates estão cada vez mais atrasados, e só comprometem na qualidade do texto final". O senador Maurício Corrêa (PDT/DF), foi mais enérgico, ao considerar a sugestão "um golpe contra os anseios populares".

fim de que os deputados e senadores pudessem dedicar-se, em tempo integral, ao exame e busca de soluções ao quadro socioeconômico, que a cada dia mais se agrava.

Enquanto a sociedade se mostra cada vez mais reivindicante, participando de tumultos e agitações nas ruas, nós, os constituintes, estamos virando as costas à crise, dando atenção, apenas, à tarefa de discutir a nova Constituição. Penso que a sociedade não espera só isso de seus representantes. Dai ter levantado a hipótese, informalmente, de ser discutida a possibilidade de suspender o recesso do Parlamento e paralisar, por uns dias, as atividades da Constituinte — esclarece José Richa.

Com emendas, a polêmica está de volta

A apresentação de emendas ao anteprojeto da Comissão de Sistematização, nesta primeira fase, está trazendo de volta a discussão de pontos polêmicos. O principal deles diz respeito à criação de cinco novos estados no país. Alguns dos constituintes, encorajados pelo possível surgimento de novos estados, apresentaram emendas aditivas, prevendo por exemplo a anexação do território de Fernando de Noronha ao estado de Pernambuco, conforme sugere o deputado Nilson Gibson (PMDB-PE).

Outros constituintes, contudo, entendem que a própria criação da Comissão de Redivisão Territorial do País invalida a criação de novos estados. O líder do Partido Comunista do Brasil (PC do B), deputado Haroldo Lima (BA) apresentou emenda sugerindo a supressão dos artigos 446 e 447, que criam os novos estados. Já o deputado Jorge Leite (PMDB-RJ), é mais explícito e pede a supressão destes artigos, alegando que a criação de novos estados, não é matéria constitucional e que "qualquer divisão territorial do País deve ser precedida de consulta popular, mediante plebiscito".

Até o final da tarde de ontem haviam sido apresentadas cerca de 700 emendas, a maioria de autoria do deputado Nilson Gibson. Gibson sugere que a greve não poderá ser exercida pelos servidores públicos da União, estados, territórios, municípios, autarquias e empresas públicas, nem nos serviços públicos e atividades essenciais. E também do parlamentar pernambucano a emenda que suprime o inciso III do artigo 99 do anteprojeto: a autorização prévia para o presidente e primeiro-ministro se ausentarem do país é de competência exclusiva do Congresso Nacional. Gibson diz que não vê necessidade do Congresso conceder a autorização, porque muitas vezes as oposições partidárias, por retaliação, impedem a saída dos dirigentes do país.

Anteprojeto emendado sai em seis dias

Embora o regimento da Assembleia Nacional Constituinte proíba o encaminhamento de emendas visando a mudança de mérito, na atual fase dos trabalhos, do esboço básico da nova Constituição preparado pelo relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), propostas de alterações já podem ser feitas nos assuntos de educação, família, cultura, esporte, ciência, tecnologia e comunicação.

A aceitação de emendas nestas áreas foi aprovada pela Comissão de Sistematização a fim de dar nova oportunidade aos constituintes que debateram assuntos como aborto, recursos para a educação, reserva de mercado e monopólio da comunicação. Todas essas questões foram consolidadas em relatório pelo deputado Artur da Távola. No final, o anteprojeto foi rejeitado, sem que houvesse nenhum substitutivo que pudesse ser encaminhado no seu lugar.

Como o deputado Bernardo Cabral não tinha nenhum anteprojeto em que pudesse se basear para fazer seu relatório, optou pela solução mais fácil: acatou a maior parte do texto de Artur da Távola. E a Comissão de Sistematização resolveu o resto do problema ao abrir exceção para que os constituintes que trabalharam na primeira fase naqueles assuntos possam novamente encaminhar suas propostas. A partir de hoje, à meia noite, quando se encerra o prazo para a entrega das emendas, Bernardo Cabral redigirá novamente relatório (já com o aproveitamento das emendas) e o apresentará para discussão, dentro de seis dias, no plenário da Constituinte.

Brizola interpela Sarney no Supremo

O ex-governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, ingressou ontem no Supremo Tribunal Federal (STF) com pedido de interpelação judicial contra o presidente José Sarney para que explique declarações responsabilizando Brizola pelo apedrejamento ao ônibus que o transportava e a sua comitiva, durante manifestações ocorridas na visita que fez quinta-feira passada ao Rio de Janeiro.

Na interpelação assinada pelo advogado Wilson Mirza, Brizola quer que o presidente da República confirme se é verdadeira ou não a declaração a ele atribuída pelo deputado Koyo Iha (PMDB/SP), e publicada na imprensa a respeito, dos incidentes com a comitiva presidencial no Paço Imperial, centro do Rio. Ao receber o parlamentar no Palácio do Planalto após o episódio, Sarney teria dito "isso é

coisa do Brizola".

Brizola afirma no documento que a oposição que seu partido faz ao governo é "democrática e nos limites da lei" e diz também recriminar a "omissão e inepcia dos responsáveis pela segurança do chefe do governo, que tornaram possível sua exposição ao vexame e ao risco". Caso o presidente Sarney confirme a frase a ele atribuída, Brizola, de acordo com a notificação, pretende processá-lo pelos crimes contra a honra, previstos da lei de imprensa. Devido ao recesso do Poder Judiciário, que teve início ontem, a interpelação será examinada pelo ministro presidente Rafael Mayer, que deverá mandar notificar o presidente Sarney. Este, por sua vez, a partir da data do recebimento terá 48 horas de prazos para confirmar ou desmentir a declaração.

Militante da CUT é preso

Rio — A Polícia Federal confirmou, no final da tarde de ontem, a prisão do diretor da CUT, Maurício Pencaki, com base na Lei de Segurança Nacional, por participação no episódio de apedrejamento do presidente Sarney, quinta-feira passada. Assim como o ex-assessor de Brizola, Danilo Groff, Pencaki também foi indiciado nos artigos 26 e 27 da LSN: "injúria, calúnia e difamação contra o presidente da República..." segundo o advogado Aarão da Providência, amigo pessoal de Pencaki, ele foi denunciado por Paulo Herrera, o mesmo que apontou Groff.

O delegado Giovanni Azevedo disse que Pencaki foi preso perto de sua casa, no bairro do Méier, por volta das 21h30 da terça-feira. O advogado Aarão da Providência

desmentiu essa versão. Depois de conversar com Pencaki, na Polícia Federal, contou que o militante da CUT foi preso dentro de casa: "ele foi convidado para ter uma reunião com o diretor-geral da PF, Romeu Tuma. Ao chegar aqui, recebeu voz de prisão. Isso é um ato arbitrário, político, estão querendo queimar a CUT está estudando que tipo de procedimento legal seguirá para tentar libertar Pencaki, disse Aarão.

Maurício Pencaki disse à polícia que participou da manifestação mas nega ter atirado pedras contra Sarney. Duas outras pessoas estão sob suspeita da polícia federal: o presidente do Sindicato dos Urbanitários do Rio, Luis Carlos de Jesus Machado, e um membro da Associação de Funcionários da Funabem, Luis Tadeu.

STM não aprecia caso Groff

O assessor do ex-governador Leonel Brizola, Danilo Groff, deverá permanecer preso pelo menos até domingo. O pedido de habeas corpus que foi impetrado em seu favor terça-feira no Tribunal Federal de Recursos, foi encaminhado ao Superior Tribunal Militar e até o final do expediente de ontem ainda não tinha sido distribuído para nenhum ministro-relator. Como o recesso do Judiciário começa hoje provavelmente o processo será analisado pelo presidente em exercício do Tribunal, ministro Paulo César Cataldo, responsável pelo

plantão do mês de julho.

Groff está preso na Polícia Federal do Rio desde segunda-feira, acusado de participação na agressão ao presidente José Sarney, semana passada. O TFR não analisou o habeas corpus por se considerar incompetente para o julgamento uma vez que o acusado foi enquadrado com base na Lei de Segurança Nacional.

Segundo fontes do STM, o ministro Cataldo deverá, antes de deferir um despacho sobre o pedido de habeas corpus, solicitar mais informações ao Ministério da Justiça e à Polícia Federal.

Quércia reforça a segurança

São Paulo — Tendo em vista os incidentes registrados no Rio de Janeiro, na semana passada, com a comitiva do presidente José Sarney — cujo ônibus foi apedrejado por manifestantes —, a segurança pessoal do governador Orestes Quércia deverá, a partir de agora, acompanhar com atenção redobrada todas as suas saídas em locais públicos ou em reuniões que contêm participações populares. Segundo comentários feitos no Palácio dos Bandeirantes, o número de agentes de segurança não deverá ser alterada. A preocupação da segurança é evitar a aproximação de pessoas que demonstrem hostilidade ao governador, sobretudo em função das posições tomadas por Quércia com

relação ao funcionalismo público estadual.

Segundo informações, Quércia não está preocupado em participar de solenidades em locais públicos, e tem criado problemas para sua própria segurança, uma vez que sempre faz questão de cumprimentar aqueles que o elegeram. Tanto assim, que Quércia tem procurado orientar sua segurança para não utilizar esquemas muito rígidos, que impeçam seu contato com a população. No entanto, em função dos incidentes do Rio de Janeiro, a segurança foi orientada para agir com mais cautela e atenção, de forma a evitar que alguma pessoa hostil crie um clima agressivo contra o governador.

Paulistas apóiam eleições diretas

São Paulo — O movimento por eleições diretas conquistou ontem um apoio expressivo na maior assembleia legislativa do país: 89% dos 84 deputados estaduais paulistas assinaram um abaixo-assinado referendando a adesão à convocação de eleições presidenciais no próximo ano. Entre as assinaturas, a que causou maior surpresa foi a do líder do governador Orestes Quércia, o deputado Roberto Purini (PMDB). O governador é um dos mais ardorosos defensores do mandato de cinco anos para o presidente José Sarney e, portanto, de diretas em 1989.

A iniciativa da coleta de assinaturas partiu de deputados do Partido dos Trabalhadores, que levaram apenas uma semana para recolher as 75 adesões. Os petistas não esconderam seu espanto ante

as adesões de peemedebistas como o próprio presidente da Assembleia, Luis Máximo, e seu ex-presidente, Luis Carlos Santos, considerado um "sarneyista" notório. Dos 37 deputados do PMDB, 31 assinaram o documento.

O texto do abaixo-assinado, na verdade, é dirigido à Assembleia Nacional Constituinte como um apelo para a realização de eleições diretas, "considerando que o governo já mostrou sua total incapacidade e falta de vontade política de realizar transformações sociais que mudariam a vida do povo brasileiro". Todos os líderes de bancada assinaram o manifesto, com exceção apenas do líder do PFL, Nabi Abi Chedid, que também é vice-presidente da Confederação Brasileira de Futebol.

Jânio volta sob rumor de uma nova renúncia

São Paulo — Em mais uma manobra típica de seu estilo, o prefeito Jânio Quadros de São Paulo, voltou de sua viagem à Europa driblando a imprensa ontem, e se livrou também dos bajuladores que tradicionalmente o assediavam em aparições públicas. Ele alugou um jatinho, em seu nome, para transportá-lo do aeroporto de Viracopos (Campinas, a 100 km da capital) ao de Guarulhos, na grande São Paulo, mas chegou a São Paulo de carro, encerrando uma permanência de 34 dias na Europa.

Embora tenha se reunido à tarde, em sua residência, com alguns secretários municipais, o prefeito — cuja licença de 40 dias concedida pela Câmara Municipal vai até o próximo dia 7 — ainda não reassumiu e nem revelou a data em que voltará ao cargo. Em São Paulo,

no dia da chegada de Jânio, continuavam fortes os rumores, difundidos por políticos do PMDB, PT, e do próprio PTB, pelo qual ele se elegera, de que o prefeito poderá renunciar mais uma vez e sequer retornar a seu gabinete no Parque Ibirapuera.

Em meio a grande expectativa, o prefeito Jânio Quadros desembarcou às 7h50 no aeroporto de Viracopos, acompanhado pela mulher, dona Eloá, do genro, Marco Antonio Mastrobuono, e da única filha, deputada Dirce Maria "Tutu" Quadros (PTB-SP), que se submeteu a tratamento para curar "distúrbios emocionais", na clínica suíça La Metairie.

Jânio desceu do avião e manteve-se distante dos jornalistas e ficou recolhido por 40 minutos numa sala da Infraero.